



# XII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade" São Cristóvão/SE/Brasil 20 a 22 de Setembro de 2018 ISSN: 1982-3657



Recebido em:  
07/08/2017  
Aprovado em:  
07/08/2017  
Editor Respo.: Veleida  
Anahi  
Bernard Charlort  
Método de Avaliação:  
Double Blind Review  
E-ISSN:1982-3657  
Doi:

## PERCURSOS DO FEMINISMO NA CONTEMPORANEIDADE: MILITÂNCIA E PRODUÇÃO ACADÊMICA

FERDINANDO SANTOS DE MELO

EIXO: 10. EDUCAÇÃO, CORPO, SEXUALIDADE, GÊNERO

**Resumo:** Este artigo tem como propósito, a partir dos estudos de Sorj (1992), Sarti (2004), Costa e Sardemberg (1994) e Cruz (2006), situar as tensões que rebatem sobre a teoria social feminista, no cerne dos limites entre a modernidade e a pós-modernidade, fazendo uso de correspondências subjacentes entre os constructos teóricos explicativos do feminismo e teorias modernas relativas aos movimentos sociais, na tentativa de refletir sobre o feminismo e a perspectiva pós-moderna. Toma como marco temporal para uma produção densa de estudos feministas, as duas últimas décadas do Século XX, na medida em que foram produzidas explicações correntes da vida social, tendo como parâmetro a experiência de mulheres e a crítica às teorias sociais, posto que estas, via de regra, são omissas quanto ao lugar das relações de gênero na explicação dos fenômenos da organização social.

**Palavras-chave:** Feminismo. Contemporaneidade. Militância e Produção Acadêmica.

## INTRODUÇÃO

Sorj (1994) nos traz duas dimensões para explicar a categoria gênero: a primeira compreendendo que o equipamento biológico sexual inato não dá conta de explicar as diferenciações entre masculino e feminino no seio da sociedade, visto que gênero é um produto social, introjetado no imaginário social, institucionalizado e transmitido de geração a geração. Já a segunda dimensão situa que o poder é desigual entre os sexos, sendo polarizado pelos homens que alocam às mulheres uma condição de subalternidade na vida social. No tocante às militâncias da mulher em busca da conquista de espaços e da igualdade, não podemos perder de vista que,

As lutas feministas vêm de há muito tempo, seja na academia seja através dos movimentos sociais. A bem da verdade, as mulheres têm sido o alvo primordial do pouco que tem se feito em termos de políticas públicas em se tratando de gênero. É possível que este dado se deva a que, num primeiro momento, o conceito de gênero tenha simplesmente substituído o substantivo mulher, já que estas eram as vítimas do sistema de relações de gênero em que se vivia e vive. (PERURENA, 2009, p. 01)

No bojo da demarcação das correntes epistemológicas que servem para reflexão acadêmica feminista, Sorj (1994) coloca como interlocutor privilegiado o marxismo, mesmo que na contemporaneidade as discussões também se debrucem no campo da psicanálise, no pós-estruturalismo e na pós-modernidade. Como ponto de convergência entre marxismo e feminismo, este coloca a opressão da mulher como fundante de suas formulações, enquanto aquele cunha uma teoria e um método que permite compreender o desenvolvimento histórico da sociedade tendo como solo

a luta de classes. A título de exemplo, Sorj cita o trabalho de Catharine Mackinnon (1982), onde esta afirma que “o feminismo pensa a sexualidade da mesma forma que o marxismo pensa o trabalho: como uma atividade construída [...] Da mesma maneira que a expropriação organizada de alguns em benefício de outros define uma classe, a expropriação organizada da sexualidade de alguns para o uso de outros define o sexo, as mulheres” (p. 16).

No transcurso da construção teórica do feminismo, situa três características relativas às teorias sociais modernas: 1- a universalidade da categoria gênero, que designa uma experiência comum das mulheres; 2- a construção de um ator coletivo baseado na gradativa presença das mulheres no contexto político dos anos 1850, alicerçando uma teoria social em torno da posição das mulheres nas sociedades patriarcais. Vale frisar que o movimento feminista pós 1960 nunca conseguiu unir as mulheres em torno de um único discurso ou na promoção de uma identidade coletiva, experimentando cismas e dissidências na década seguinte. No Brasil, quanto mais audiência tinha o movimento, mais surgiam novas identidades: mulheres rurais, mulheres sindicalistas, mulheres católicas, etc.; 3- a terceira característica remonta a criação de uma utopia emancipatória para as mulheres, que também não obtém consenso, na proporção em que começa a demarcar e apresentar o seu conteúdo. O marco dos projetos libertários feministas diz respeito à entrada das mulheres no mundo público, adquiridos na experiência do mundo privado. Desse modo, o movimento feminista pode ser entendido como um legítimo movimento intelectual e social moderno, que envolve a emancipação dos indivíduos/mulheres das formas tradicionais da vida social.

## **O FEMINISMO BRASILEIRO DESDE OS ANOS 1970: REVISITANDO UMA TRAJETÓRIA**

Sarti (2004) apresenta neste artigo o feminismo no Brasil da década de 1970 como um movimento de oposição à ditadura militar e que vai se desenvolvendo nas décadas seguintes, dentro das potencialidades e limites da experiência com a abertura política, sendo que uma parte das feministas estava ligada à linha marxista. Este movimento causou impacto nas instituições sociais e políticas nos hábitos e costumes do cotidiano, redimensionando a ação pública da mulher na sociedade brasileira.

A ideia básica do feminismo foi lançada por Simone de Beauvoir em 1949, no livro *Segundo Sexo*, ao dizer que “não se nasce mulher, torna-se mulher”. O feminismo tem sua gênese alicerçada na tensão de uma identidade sexual compartilhada e numa diversidade que depois se inscreve na identidade de gênero, no âmbito da cultura. Nessa perspectiva, o texto evidencia a particularidade do feminismo como uma experiência que demarca a emancipação feminina, sem perder de vista o contexto de autoritarismo político e as particularidades do feminismo no Brasil. Os fatores que contribuíram para a eclosão do feminismo no Brasil nos anos 1970 foram influenciados pelo Ano Internacional da Mulher instituído pela ONU em 1975, como produto da ação do feminismo europeu e norte-americano, o que desencadeou a discussão da condição da mulher no cenário internacional. O reconhecimento da ONU à questão da mulher estimulou a criação de um movimento social que ainda vivia sob a égide dos bastidores e da clandestinidade, dando liga à formação de grupos políticos de mulheres que passaram a existir abertamente. Somam-se a isto, no cenário doméstico, as mudanças concretas para a mulher oriundas da recente modernização do país, pondo em debate a tradicional hierarquia de gênero. Todavia, as memórias da ditadura nos permite visualizar que o caráter radical do feminismo surgiu sob a experiência da ditadura militar, logo, a experiência das mulheres na luta armada significou além do enfrentamento da ordem política vigente, uma grande transgressão do que era designado para as mulheres naquele contexto. As narrativas posteriores a que a autora teve acesso mostram o quanto a igualdade de gênero era apenas retórica, o que impulsionou a eclosão de gênero, em que pese as suas contradições, pela via da ação e emancipação militante. De todo modo, o feminismo brasileiro se deparou com a questão de articular a sua base marxista à questão da subjetividade, alocando também a psicanálise como referência.

No trabalho, a autora faz uso de memórias colhidas em fontes variadas: jornais, estudos acadêmicos, filmes e eventos que possibilitam uma análise da gênese do movimento feminista brasileiro que se inicia na década de 1970 e se espalha por três décadas no Brasil como uma experiência radical, polarizada pela noção de conflito. Cumpre salientar que o feminismo no Brasil tem especificidades, chamando-se inicialmente de “movimento das mulheres”, com uma expansão gradativa por meio da articulação com as camadas populares, numa espécie de movimento interclasses. Teve uma delicada relação com a Igreja Católica naquele contexto, visto que apesar de sabidos, os desacordos (aborto, sexualidade, planejamento familiar) eram tratados no âmbito na esfera privada.

Outra particularidade do feminismo diz respeito à própria relação dos movimentos sociais no Brasil com o Estado, uma

vez que esses movimentos tem como premissa o mundo da reprodução, que particulariza de forma tradicional a identificação social da mulher. Há aqui o entendimento de Pinto (1992) e Oliveira (1990) de que os movimentos sociais “de bairro” retiravam as mulheres do isolamento doméstico, possibilitando a emergência de um novo sujeito político, onde se questionava a condição da mulher e se colocava em pauta a discussão sobre identidade de gênero. Assim, os grupos feministas inicialmente originários das camadas médias e intelectualizadas, atuaram de forma articulada com as demandas femininas dos bairros, dando o tom geral do feminismo no Brasil, que se expande no seio desse quadro geral de mobilizações distintas. Nos primórdios do movimento, ser feminista soava com conotação pejorativa sob várias óticas: para a direita era um movimento imoral e perigoso; para a esquerda era reformismo burguês e para muitos cidadãos, o movimento assumia um cunho antifeminino.

Há um consenso em torno de duas tendências principais dentro do movimento feminista de 1970, sendo que numa delas as mulheres estão mais voltadas para a atuação pública, na organização política, focando principalmente nas questões relativas ao trabalho, à saúde, e a redistribuição do poder entre os sexos. Pela outra tendência, havia a preocupação com o terreno fluido da subjetividade, com as relações interpessoais, como o mundo privado por excelência.

Quanto ao movimento consolidado da década seguinte, destaca o papel das ex-exiladas no fortalecimento do movimento feminista brasileiro. Além do mais, a própria experiência de vida no exterior, distinta dos tradicionais padrões patriarcais da sociedade daqui, repercutiu decisivamente tanto em sua vida pessoal quanto em sua atuação política. Desenvolveu neste contexto a pesquisa acadêmica sobre a mulher com lugar cativo no mercado editorial. A violência contra a mulher começou a ser tratada em delegacias próprias e, no âmbito da saúde, surge como problema de saúde pública, demandando atenção especializada. Já na década de 1990, nos casos de violência, tornaram-se mais nítidos os elementos que permitiam visualizar a violência como um mecanismo relacional, sinalizando para a necessidade de se trabalhar com a vítima e também com o agressor.

## **TEORIA E PRÁXIS FEMINISTA NA ACADEMIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DE COSTA E SARDEMBERG**

As autoras apontam que atualmente existem cerca de quarenta núcleos de estudos sobre a mulher e/ou relações de gênero atrelados a IES no Brasil, salientando que muitos podem não ter sido incluídos nos levantamentos mais recentes. Este interesse pelo tema data da década de 1960, dando sustentação ao surgimento de um campo de análise interdisciplinar que atravessa diferentes ciências. Desse modo, resguardadas as especificidades e diferentes resultados desse processo, vai acontecendo nas universidades o agrupamento e a integração de pesquisadores que já trabalham com temáticas relativas à mulher, geralmente vinculados a núcleos de pesquisa. Além disso, Costa e Sardemberg (1994) asseveram que desde o início, na luta das mulheres pela erradicação das desigualdades de gênero e conquista de uma cidadania plena, a &39;teoria&39; e a &39;práxis&39; estão intimamente ligadas, alimentando-se mutuamente, e os estudos têm retratado, não raro de forma contundente, das diferentes formas, facetas e níveis em que a opressão e exploração da mulher se processam e se manifestam em nossa sociedade.

Por outro lado, não se pode esquecer que o desenvolvimento desses estudos e a conquista de espaços próprios de reflexão, como os grupos de trabalho em associações científicas e os núcleos da mulher nas universidades, constituem resultado de militâncias e conquistas de espaço dentro da academia pelo reconhecimento da relevância e legitimidade da problemática da mulher como objeto de reflexão e análise. No Brasil, estes estudos estão se consolidando, ao passo em que no plano internacional já gozam de relativa relevância.

Em sua gênese, as reflexões sobre o feminismo tinham como fito imediato os objetivos políticos de transformação da mulher, só que nos dias atuais há um distanciamento entre o movimento e a produção teórica na academia. Esse distanciamento traz como consequência uma despolitização dos chamados estudos de gênero, além da não consolidação do projeto feminista na academia. O marco temporal dos estudos de gênero no Brasil tem como o baliza o trabalho de Heleieth Saffioti, “A Mulher na Sociedade de Classes” (1969), e só na década seguinte, pelas condições históricas do nosso país, é que os trabalhos sobre a mulher começam a ganhar mais impulso, sobretudo com um evento organizado pela ONU no Rio de Janeiro que vai dar subsídio ao surgimento de grupos de mulheres, com foco na reflexão e na ação. Situam ainda que em 1979 cria-se o Grupo de Trabalho Mulher e Força de Trabalho na ANPOCS e, em 1980, na mesma Associação, a criação do GT Mulher e Política, e o primeiro núcleo de estudos em uma universidade brasileira, o Núcleo de Estudos da Mulher - NEM -, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de

Janeiro, sendo que este Núcleo incentivou e serviu de exemplo para a criação de outros núcleos pelo país, a saber: 1981 o Núcleo de Estudos, Documentação e Informação sobre a Mulher – NEDIM da UFCE; 1983, o Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher - NEIM da UFBA; 1984 os núcleos das Universidades Federais do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Minas Gerais, além da realização de um representativo Seminário de Pesquisas, em Salvador, promovido conjuntamente pela Fundação Carlos Chagas e o NEIM.

A partir da última década do século passado, com a introdução de Gênero como categoria de análise, houve um grande impulso no processo de criação dos núcleos, todos já agregando em seu nome essa categoria, em contraste com os criados na década anterior, que se identificam como núcleos da Mulher. De fato estes espaços de estudos passaram a agregar professores e pesquisadores que, via de regra, já trabalhavam nessa linha de pesquisa, muitas vezes de forma isolada, e têm como propósito se constituírem como espaços privilegiados para a necessária troca de informações e o aprofundamento de questões teórico-metodológicas, e dessa maneira incrementar o debate sobre a problemática da mulher e das relações de gênero na sociedade brasileira. Frisa-se que mesmo com a reconhecida relevância dos núcleos, há uma série de entraves para a criação de novos, consolidação e sobrevivência dos já existentes, com a descontinuidade sendo um elemento pertinente na história de alguns deles, em função da falta de recursos financeiros, de pessoal técnico-administrativo, e a necessidade de formação do pessoal docente, ocasionando com recorrência a ruptura parcial das atividades.

Outro ponto nevrálgico levantado pelas autoras é a nítida concentração de centros de formação e capacitação, pessoal qualificado, seminários e encontros de associações científicas, organismos de divulgação e, principalmente, dos recursos de fomento à pesquisa nos estados do Centro-Sul, em detrimento das regiões Norte e Nordeste que também concentram as grandes mazelas que rebatem sobre a vida das mulheres e onde os núcleos precisam de recursos para alavancar as pesquisas. Para as autoras, estes núcleos do Norte e Nordeste, mesmo nadando contra a maré, vêm desenvolvendo diversas atividades nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, tendo produzido estudos relevantes sobre relações de gênero e condição feminina na região. Assim, muitos desses estudos não têm tido meios de divulgação, permanecendo conhecidos apenas nos muros dos seus núcleos ou na melhor das hipóteses não instâncias mais gerais das universidades aos quais pertencem, tendo o apoio da ANPOCS e da ABA para o enfrentamento de tal situação.

## **DIMENSÕES DO FEMINISMO EM SERGIPE À LUZ DOS ESCRITOS DE HELENA CRUZ**

Cruz (2006) busca traçar o percurso do movimento de mulheres em Sergipe, sobretudo do feminismo na academia, aponta alguns desafios para este movimento, considerando os contextos local, regional e nacional, e delimita o escopo de análise nas temáticas “condição feminina” e “relações de gênero na academia”.

O interesse da autora por este levantamento está atrelado às evidências oriundas da preparação das diversas conferências estaduais e municipais de mulheres e dos encontros dos grupos de pesquisa. As referências das quais se utiliza parte da bibliografia sobre o movimento de mulheres. Destaca a contribuição do feminismo ao conhecimento, fazendo um resgate sucinto da gênese do movimento feminista e a forma como ele se constitui como movimento social que abriu novos horizontes e trouxe novas indagações aos campos disciplinares, concordando com Yannoulas (1994) sobre a superação da ordem e das leis patriarcais como elemento para subsumir a discriminação sexual, a dominação patriarcal e as diferenças de ordem sexual.

Para a pesquisadora, todas as tendências feministas trazem um potencial de mudanças e de transformações nas relações entre homens e mulheres, mulheres e mulheres e homens e homens, mesmo que em Sergipe alguns pontos ainda sejam considerados tabus. Nessa perspectiva, por exemplo, as feministas inseridas nas questões políticas e nas lutas democráticas trouxeram alicerce para a politização do movimento e para o fortalecimento da cidadania. Sinaliza a substituição dos estudos sobre mulher pelos estudos de gênero, problematizando que essa tendência pode fazer com que o significado de gênero se constituía apenas como um modismo, sem nenhuma contribuição específica para a elaboração das políticas públicas.

Por ser relacional, o conceito de gênero supera as dicotomias das esferas de superação entre um e outro sexo, explicando as relações que se dão no seio da produção (mundo masculino) e reprodução (mundo feminino), conforme delegação secular imposta pela sociedade patriarcal, tanto que o termo gênero é empregado para designar as

características socialmente construídas que estruturam a definição do que é masculino e feminino, residindo numa hierarquia de poder que estabelece os diferentes níveis de relações sociais, no qual a mulher era/é ocultada como sujeito da história.

Em termos da institucionalização do feminismo na UFS, a autora registra a criação do NEPIMG (Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre a Mulher e Relações Sociais de Gênero) que passou a integrar a Pós-Graduação em Ciências Sociais, e se propunha à definição de linhas de pesquisa e à formação de grupos de trabalho. Destaca ainda o papel pioneiro de Núbia do Nascimento Marques, com suas contribuições no campo da literatura e sua ação como representante dos movimentos libertários do Nordeste. Núbia rompeu com paradigmas tradicionais e criou novos modelos para atuação da mulher na sociedade sergipana, além de integrar a Academia Sergipana de Letras. No cerne dessas novas incursões, o movimento feminista, juntamente com o movimento dos demais trabalhadores, visa à reconstrução de uma participação humana mais democrática, à tolerância e outros atributos em prol da igualdade e da cidadania.

Sobre o resgate do feminismo na academia sergipana, demarca o ano de 1992 como marco, com pesquisadores do campo do Serviço Social desenvolvendo pesquisas sobre a condição feminina por meio da Redor (Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre as Mulheres e Relações de Gênero), uma ONG que é coordenada pelo NEIM de Salvador, sendo que a Redor surge como forma de dar visibilidade em âmbito nacional às pesquisas desses dois estados, e se caracteriza como um espaço de produção e troca de conhecimentos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os elementos que explicam a relação entre o feminismo e a crítica pós-moderna apontam que o discurso pós-moderno é um forte aliado, permitindo a emergência na política de outras vozes oprimidas pelos discursos universais, ao passo em que teme-se que o discurso pós-moderno esvazie a subjetividade da normalidade patriarcal e capitalista da vida cotidiana.

A teoria e prática feminista segundo Sorj (1994) que permanecem no plano teórico da modernidade poderão encontrar no discurso pós-moderno uma forte ferramenta para o enfrentamento das tendências totalizadoras e intolerantes, em contrapartida, a modernidade continua demandatária de identificações, em detrimento dos discursos particularistas.

Já para Sarti (2004) a exposição situada na perspectiva feminista é fundada na experiência compartilhada e na identificação entre “mim e o outro”. A experiência se constitui num mecanismo de saber, que não pode ser apropriado pelo outro. Logo, a análise do feminismo não pode estar distante do seu contexto e de sua enunciação, que lhe dá o significado. No Brasil, enfrenta um teor híbrido e uma natureza híbrida, e muito embora fundado em uma identidade, é ao mesmo tempo recortado por clivagens sociais e referências culturais muito distintas, nos quais as mulheres tornam-se mulheres em contextos sociais e culturais específicos.

Ao retomar a discussão sobre a assunção da categoria gênero pelos grupos, no lugar de estudos focados apenas na mulher, Costa e Sardenberg (1994) nos diz que na própria academia, muitos dos trabalhos ditos de gênero dizem respeito apenas à mulher, à condição feminina, da mesma forma que núcleos de estudos e grupos de trabalho nas associações científicas foram criados com o propósito de estudar gênero e continuam fechados nos estudos sobre mulher. As pesquisadoras propõem a necessidade de avaliar o alcance das pesquisas sobre mulheres e relações de gênero, propondo inclusive a inserção de disciplinas específicas para o trato das temáticas nos cursos de graduação e pós-graduação, além de problematizar o papel dos núcleos existentes nas universidades para tal fim, estando convictas de que a práxis feminista, em especial na UFBA, tem deixado muito a desejar, no sentido da transformação da própria academia.

O feminismo, no entrelace com o desenvolvimento e com os direitos humanos, envolve o debate sobre o público e o privado, e os obstáculos conceituais fundamentais que segmentam a vida social em domínios sexuais do reduto patriarcal. Para Cruz (2006), a modernidade pressupõe a circulação em nível global de movimentos políticos e ideias que dão sustentação ao feminismo e suas nuances, colocam em evidência a questão da diferença e da desigualdade. Por este prisma, os estudos contemporâneos sobre gênero atuam como profusores de novos mecanismos de

governança e de tomadas de decisão, em defesa das estruturas descentralizadas e horizontais.

## REFERÊNCIAS

COSTA, Ana A.; SARDEMBERG, M.C.B. Teoria e Práxis Feminista na Academia: os Núcleos de Estudos sobre a Mulher nas Universidades Brasileiras. In: **Estudos Feministas**. IEC/ECO/UFRJ, Número Especial, 1994, p. 387-408.

CRUZ, Maria Helena Santana. Dimensões do feminismo em Sergipe. In: **Cadernos Feministas de Economia e Política**. Recife: Casa da Mulher do Nordeste, nº 03, 2006, p. 141-164.

PERURENA, Fátima. Feminismos e Masculinidades. In: **Revista Sociais e Humanas**. v. 22, p. 21-26, 2009. Santa Maria-RS: UFSM, 2009.

SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970**: revisitando uma trajetória. Revista Estudos Feministas [online], 2004, vol. 12, nº 02, p. 35-50. Disponível em Acesso em 26 abr 2014.

SORJ, Bila. O feminismo na encruzilhada da modernidade. In: COSTA, Albertina e BRUSCHINI, C. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos/ São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 15-23.